

TÍTULO I
DA DEFINIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização assídua e minuciosa da administração da *Cooperativa*, sujeito aos ditames do Estatuto Social e regido, de forma complementar, por este Regimento.

Art. 2º O Conselho Fiscal tem como finalidade certificar que as atividades previstas para a associação, as funções desempenhadas e as operações realizadas pelos responsáveis competentes, os controles operacionais, os registros e as demonstrações financeiras e demais atos e fatos administrativos estão em conformidade com o disposto no Estatuto Social, na legislação e nas demais normas aplicáveis à *Cooperativa*.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 3º O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados, eleitos a cada 2 (dois) anos pela Assembleia Geral.

§ 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo.

§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

Art. 4º Além de observar o disposto no Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor, ter disponibilidade de tempo para execução das atividades inerentes ao cargo é condição indispensável para ser eleito conselheiro fiscal da *Cooperativa*:

§ 1º Os membros do conselho fiscal equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 2º Nenhum associado pode exercer, cumulativamente, cargos nos órgãos de administração e no Conselho Fiscal.

§ 3º Devem ser observadas as regras de não cumulatividade ou de vedação ao exercício simultâneo de cargos estatutários dispostas na legislação e regulamentação em vigor.

Art. 5º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.

Art. 6º Na primeira reunião do Conselho Fiscal eleito deverão comparecer o coordenador da gestão anterior e/ou outro por ele indicado para:

- I. transmissão do cargo;
- II. entrega da documentação;
- III. prestação de esclarecimentos de eventuais pendências.

Art. 7º Quando eleitos e ao assumirem o cargo, os conselheiros fiscais participarão de programa específico que apresente, entre outros:

- I. a descrição das suas funções e das suas responsabilidades;
- II. os três últimos relatórios e balanços anuais;
- III. as atas das reuniões do Conselho Fiscal;
- IV. o planejamento estratégico;
- V. o sistema de gestão e de controle de riscos;
- VI. informações diversas e relevantes sobre a organização e o setor de atuação.

CAPÍTULO II

DO CARGO DE CONSELHEIRO

SEÇÃO I

DAS AUSÊNCIAS, VACÂNCIAS E IMPEDIMENTOS

Art. 8º As disposições referentes a ausências, vacâncias e impedimentos estão dispostas no Estatuto Social.

SEÇÃO II
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 9º Os membros do Conselho Fiscal, além de observarem os deveres legais inerentes ao cargo, devem pautar sua conduta por elevados padrões éticos, bem como estimular as boas práticas de governança corporativa, contribuindo para preservar os interesses sociais da *Cooperativa*.

CAPÍTULO III
DAS REUNIÕES

SEÇÃO I
DO LOCAL E DA PERIODICIDADE

Art. 10. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus membros, preferencialmente, na sede da *Cooperativa*, na forma do cronograma (Anexo), observando as demais disposições do Estatuto Social.

§ 1º Mediante autorização do colegiado, as reuniões poderão ser realizadas por videoconferência.

§ 2º O membro suplente poderá participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos sem direito a voto, exceto se comparecer, por convocação, para substituir membro efetivo.

§ 3º Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.

SEÇÃO II
DA CONVOCAÇÃO

Art. 11. As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

Art. 12. As convocações serão efetuadas mediante remessa de pautas por meio de expediente padronizado.

Art. 13. A pauta dos assuntos a serem discutidos nas reuniões ordinárias e extraordinárias será definida pelo coordenador do Conselho Fiscal ou seu substituto.

Parágrafo único. Os assuntos pautados para as reuniões devem se revestir da importância devida, estando, preferencialmente, de acordo com o cronograma de assuntos anexo a este Regimento.

SEÇÃO III DA CONDUÇÃO DOS DEBATES

Art. 14. Os horários de início e finalização das reuniões, previstos nas convocações deverão, sempre que possível, ser cumpridos rigorosamente.

Art. 15. Cabe ao coordenador do Conselho Fiscal organizar e conduzir os debates, de modo que as discussões sejam democráticas, objetivas e respeitem o tempo registrado na pauta.

SEÇÃO IV DA PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS

Art. 16. O Conselho Fiscal poderá:

- I. solicitar a participação, em suas reuniões, dos diretores executivos, empregados, agentes de controles internos, auditores, assessores e outros profissionais para exposição de temas relacionados à sua área de atuação;

SEÇÃO V DA REMESSA DE INFORMAÇÕES

Art. 17. Todos os documentos e informações remetidos/enviados ao Conselho Fiscal serão disponibilizados no Portal de Governança Corporativa para efeito de registro e adoção das providências cabíveis.

Art. 18. Nas reuniões do Conselho Fiscal, será realizada a leitura da última ata assinada do Conselho de Administração, bem como prestados esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal poderá proceder leitura das minutas das atas de reuniões do Conselho de Administração, observadas as regras contidas no Regimento Interno daquele órgão.

SEÇÃO VI DA VOTAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO

Art. 19. As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, proibida a representação.

Art. 20. As reuniões serão registradas em atas, lavradas em livro próprio ou em folhas soltas ou em meio digital, nos termos do parágrafo único deste artigo, de uso exclusivo da *Cooperativa*, contendo de forma sucinta e clara o relato dos levantamentos e análises efetuadas, inclusive dissidências e protestos, observadas as disposições legais.

Parágrafo único. A critério do Conselho Fiscal, as atas poderão ser digitais ou digitalizadas, tendo o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

Art. 21. A ata da reunião será lavrada, lida e assinada pelos conselheiros fiscais na mesma data de realização da reunião.

Parágrafo único. Quando o Conselho Fiscal participar de reuniões com outros órgãos de administração, será lavrada ata própria.

Art. 22. Todas as irregularidades ou dúvidas levantadas pelo Conselho Fiscal serão encaminhadas para conhecimento e adoção das providencias cabíveis pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Não sendo adotadas as devidas providências no prazo assinalado pelo Conselho Fiscal, o diretor-presidente da *Cooperativa* poderá ser convocado para prestar esclarecimentos.

Art. 23. O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará:

I. aos órgãos da administração:

- a) esclarecimentos ou informações necessários ao exercício de sua função fiscalizadora;
- b) a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais.

II. aos auditores:

- a) esclarecimentos ou informações necessárias ao exercício de sua função fiscalizadora;
- b) a apuração de fatos específicos.

Art. 24. Depois de assinadas, as atas de reunião serão disponibilizadas no Portal de Governança Corporativa para consulta pelos membros do colegiado e serão arquivadas com todos os documentos correlatos na área administrativa da cooperativa.

Art. 25. O registro da presença dos conselheiros fiscais nas reuniões será evidenciado pela assinatura em livro próprio ou em outro meio capaz de evidenciar as presenças, sendo providenciado pelo secretário do Conselho Fiscal.

SEÇÃO VII

DO CRONOGRAMA ANUAL

Art. 26. Na penúltima reunião de cada ano, o Conselho Fiscal aprovará o cronograma anual para realização das reuniões no ano seguinte.

TÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS COMPLEMENTARES

Art. 27. Compete ao Conselho Fiscal:

- I.** fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II.** opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa;
- III.** analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Cooperativa;
- IV.** convocar os auditores internos e os auditores cooperativos ou independentes, conforme o caso, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- V.** convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;
- VI.** comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da Cooperativa, ou da assistência de técnicos externos, a expensas da Cooperativa, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.

CAPÍTULO I DO COLEGIADO

Art. 28. Compete ao Conselho Fiscal, além das atribuições descritas no Estatuto Social e de outras decorrentes de lei, as seguintes atribuições complementares:

- I. aprovar, por maioria dos membros, o seu Regimento Interno;
- II. opinar sobre o relatório da administração e as demonstrações contábeis, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias;
- III. convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação;
- IV. analisar, mensalmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela *Cooperativa*;
- V. exercer essas atribuições durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que as regulam;
- VI. assistir às reuniões do Conselho de Administração convocadas para deliberação de assuntos que o Conselho Fiscal deverá opinar;
- VII. participar, com pelo menos um de seus membros, das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, respondendo pelas solicitações de informações apresentadas.

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se das informações constantes nos relatórios de Auditoria, do Controle Interno, dos diretores executivos ou dos empregados da *Cooperativa* ou da assistência de técnicos externos, às expensas da *Cooperativa*, quando a importância ou a complexidade dos assuntos os exigirem.

CAPÍTULO II

DO COORDENADOR E DO SEU SUBSTITUTO

Art. 29. Compete ao coordenador do Conselho Fiscal:

- I. convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal;
- II. designar as datas para realização das reuniões do Conselho Fiscal, conforme calendário previamente estabelecido;
- III. atribuir funções especiais a qualquer dos membros do Conselho Fiscal;
- IV. implantar as sistemáticas de trabalho do Conselho Fiscal;
- V. solicitar as informações necessárias ao desempenho das atribuições do Conselho Fiscal aos órgãos de administração da *Cooperativa*.

Art. 30. Ao substituto, caberá a substituição temporária do coordenador nos casos de ausências ou impedimentos ocasionais.

CAPÍTULO III DO SECRETÁRIO

Art. 31. Na primeira reunião do Conselho Fiscal, será designado um secretário, dentre os membros, ao qual competirá:

- I. responsabilizar-se pelas atas;
- II. colher as assinaturas.

Parágrafo único. O secretário poderá ser auxiliado, na lavratura das atas de reunião e na coleta das assinaturas, pela área responsável pelo assessoramento aos órgãos de governança corporativa.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Todos os participantes das reuniões, incluindo os conselheiros fiscais, o secretário, os convidados, os técnicos e outros que porventura venham a participar das reuniões do Conselho Fiscal, têm por obrigação ética, legal e profissional de manter sigilo das informações relacionadas às

reuniões do colegiado, tornando-se legalmente responsáveis por quaisquer eventuais divulgações indevidas.

Art. 33. Os conselheiros fiscais devem observar os comportamentos éticos e as condutas pessoais mais praticadas nos relacionamentos institucionais, especialmente aqueles apresentados no Pacto de Ética do Sicoob.

Art. 34. Este Regimento Interno norteará as ações do Conselho Fiscal, podendo ser revisto e alterado em questões pertinentes, por proposta de qualquer de seus membros, aprovada na forma regimental.

Parágrafo único. Em caso de conflito entre este Regimento Interno e o Estatuto Social da *Cooperativa*, prevalecerá o último, sendo que as dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Conselho Fiscal.

Art. 35. Este Regimento Interno foi aprovado na 241ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 24/09/2024, data em que passa a vigorar.

dione.soutes@sicoob.com.br

Assinado




D4Sign

Dione Olescsuk Soutes

Conselheira Efetiva

eda.benkendorf@sicoob.com.br

Assinado




D4Sign

Eda Cristina Benkendorf

Conselheira Efetiva

vanessac.rempel@sicoob.com.br

Assinado



D4Sign

Vanessa Cristiane Bombana Rempel

Conselheira Efetiva

cristina.luisa@sicoob.com.br

Assinado



D4Sign

Cristina Luisa Lizzoni Marcondes da Silva

Conselheira Suplente

Anexo

Cronograma de assuntos do Conselho Fiscal

CRONOGRAMA INTEGRADO DE ASSUNTOS DOS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA DAS COOPERATIVAS SINGULARES

Legenda:

- Itens cuja inclusão em pauta, especialmente quanto à periodicidade, deve ser observada e seu cumprimento acompanhado.
- Itens cuja inclusão em pauta, dependerá de demanda específica para efeito de inclusão do tema na pauta ou disponibilização do material aos conselheiros.
- Acompanhamento realizado por meio da: (i) leitura de atas de comitês de assessoramento; e (ii) análise de relatórios específicos disponibilizados.

Mês	Subtemas	Período												Periodicidade	Referência - regimento interno	
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez			
Riscos e Riscos																
Auditoria																
	Auditoria Independente - Tomar conhecimento do resultado dos trabalhos	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	art. 30, par. único
	Auditoria Independente - Acompanhar os planos de ação para saneamento de apontamentos			●			●		●				●		trimestral	art. 30, par. único
	Auditoria Cooperativa - Tomar conhecimento do resultado dos trabalhos	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	art. 30, par. único
	Auditoria Cooperativa - Acompanhar os planos de ação para saneamento de apontamentos			●			●		●				●		trimestral	art. 30, par. único
	Relação dos relatórios de auditoria, controles internos, ofícios e processos recebidos no período, inclusive da Central	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	art. 30, par. único
Gestão Integrada de Riscos e Controles																
	Relatório sobre o monitoramento do RSAC	□	●	□	●	□	●	□	●	□	●	□	●	□	mensal	art. 30, II
	Gestão de Riscos - Manifestar-se sobre exceções às políticas, procedimentos, limites	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	art. 30, II
	Gestão de Riscos - disseminação da cultura de gerenciamento de riscos		●					●							semestral	art. 30, II
	Controles Internos - Relatório Anual					●									anual	
	Controles Internos - Relatório Semestral (PGPC)		●					●							semestral	
	Controles Internos - Relatório PGPC (Planos de ação)	●	●		●		●	●	●		●		●		bimestral	
	PLD/FT - Relatório Anual de Avaliação Interna de Efetividade de PLD/FT			●											anual	art. 30, par. único
	PLD/FT - Plano de ação para o Relatório de Avaliação Interna de Efetividade de PLD/FT	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	bimestral	art. 30, par. único
Contábil e orçamentário																
Informações contábeis																
	Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração		●					●							semestral	art. 30, III, IX
	Sobras - distribuição		●												anual	art. 30, IV
	Informações contábeis + balancetes	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	art. 30, VIII
	Fundos estatutários diversos (situação financeira/contábil)	●						●							semestral	art. 30, VIII
	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) - Alocação e aplicação dos recursos	●						●							semestral	art. 30, VIII
Informações orçamentárias																
	Orçamento: acompanhamento		●	●		●	●	●	●	●	●	●	●	●	bimestral	art. 30, VIII
Financeiro e capital																
Gestão financeira																
	Indicadores Financeiros, negociais e exigibilidades	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	bimestral	art. 30, VIII
Gerenciamento de capital																
	Plano de Contingência de liquidez		●												anual	art. 30, II
Remuneração, certificação e sucessão de dirigentes																
Remuneração																
	Metas de desempenho dos administradores	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	art. 30, II
Gestão estratégica e capital humano																
	Pacto Sistêmico da Estratégia (Planejamento estratégico trianual)	○	○	○	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	art. 30, II
Temas diversos																
	Projetos e campanhas de comunicação e marketing desenvolvidos ou contratados pela Singular (submeter à Área de CME da Central, inclusive projetos de fachadas de PA)												●		anual	art. 30, II
Rating Sistêmico, Fatos Relevantes e Ações Judiciais																
	Fatos relevantes e outras ocorrências	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	art. 30, II
	Rating Sistêmico de Cooperativas	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	art. 30, II
Ouvidoria e demais canais de comunicação																
	Ouvidoria - Relatório Semestral		●							●					semestral	art. 30, II
	Ouvidoria - Medidas corretivas ou de aprimoramento		●							●					semestral	art. 33, II
	Ouvidoria - Relatório Gerencial Mensal (pesquisa de satisfação)	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	mensal	art. 30, II
	Canal de Índices de Ilícitudes - Relatório Semestral			●						●					semestral	Resolução CMN nº 4.853 de 23/09/2020
Atas e relatórios diversos																
	Conselho Fiscal - atas	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	
	Conselho de Administração - atas	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	art. 30, II
	Diretoria Executiva - atas	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	
	Relatório de Demandas	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	
	Reuniões conjuntas - CA e CF	●						●							semestral	art. 30, VI
Autorregulação																
Regimentos/regulamentos																
	Regimento próprio	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	anual	art. 30, I
Calendário anual das reuniões																
	Calendário Anual de Reuniões												●		anual	art. 10
Assembleias Gerais / Reuniões de Sócios																
	Assembleias Gerais - Propostas a serem submetidas e convocação	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	art. 30, VI e VII
	Assembleias Gerais - participação		●												mínimo anual	art. 30, VIII

Regimento interno CF pdf

Código do documento 38df86ab-d0d4-415c-a742-4d773e93aa54



Assinaturas



Dione Olesczuk Soutes
dione.soutes@sicoob.com.br
Assinou

Dione O Soutes



EDA CRISTINA BENKENDORF
eda.benkendorf@sicoob.com.br
Assinou

EDA CRISTINA BENKENDORF



Vanessa Cristiane Bombana Rempel
vanessac.rempel@sicoob.com.br
Assinou

Vanessa



CRISTINA LUISA LIZZONI MARCONDES DA SILVA
cristina.luisa@sicoob.com.br
Assinou

CRISTINA

Eventos do documento

01 Oct 2024, 15:19:41

Documento 38df86ab-d0d4-415c-a742-4d773e93aa54 **criado** por XAIANE SCHOTTEN NEUBERGER (2ef3f75c-7a21-46f4-815f-16130db7201f). Email: xaiane.neuberger@sicoob.com.br. - DATE_ATOM: 2024-10-01T15:19:41-03:00

01 Oct 2024, 15:22:59

Assinaturas **iniciadas** por XAIANE SCHOTTEN NEUBERGER (2ef3f75c-7a21-46f4-815f-16130db7201f). Email: xaiane.neuberger@sicoob.com.br. - DATE_ATOM: 2024-10-01T15:22:59-03:00

01 Oct 2024, 15:29:36

DIONE OLESCZUK SOUTES **Assinou** - Email: dione.soutes@sicoob.com.br - IP: 187.95.109.18 (18.109.95.187.dynamic.liggetelecom.com.br porta: 62356) - **Geolocalização: -24.557930105781544 -54.06756855118797** - Documento de identificação informado: 797.382.229-15 - DATE_ATOM: 2024-10-01T15:29:36-03:00

01 Oct 2024, 16:22:00

CRISTINA LUISA LIZZONI MARCONDES DA SILVA **Assinou** - Email: cristina.luisa@sicoob.com.br - IP: 186.194.157.210 (186.194.157.210 porta: 18070) - **Geolocalização: -24.5628928 -54.0672** - Documento de identificação informado: 051.208.759-80 - DATE_ATOM: 2024-10-01T16:22:00-03:00

02 Oct 2024, 11:42:54

VANESSA CRISTIANE BOMBANA REMPEL **Assinou** - Email: vanessac.rempel@sicoob.com.br - IP: 177.107.125.145 (145.125.107.177.dynamic.opcaonet.com.br porta: 17370) - **Geolocalização: -24.5610923 -54.0690169** - Documento de identificação informado: 044.601.269-66 - DATE_ATOM: 2024-10-02T11:42:54-03:00

25 Oct 2024, 08:45:01

EDA CRISTINA BENKENDORF **Assinou** - Email: eda.benkendorf@sicoob.com.br - IP: 187.86.57.26 (26.57.86.187.dynamic.opcaonet.com.br porta: 57714) - **Geolocalização: -24.5668386 -54.057364** - Documento de identificação informado: 903.491.569-72 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **email** - DATE_ATOM: 2024-10-25T08:45:01-03:00

Hash do documento original

(SHA256):ce60721aa930a1cb7f60808323c7af8ebd03b68e92ccec78034bb4584883735

(SHA512):b10a6194562c440444aafdfe6c202fa728bf430bfda973b4fd8c750ad20e31f988393f59b69e625a3cfc8f0b8e11992f26b31dd1ecf9520b2266e0ff9da69ec8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign